



A Produção do Espaço Escolar Como Instrumento de Valorização a Permanência e Reafirmação da Identidade do Povoado Quilombola de Sítio Alto, Simão Dias - SE¹

Vanessa dos Anjos COSTA²
Colette Dulce Dantas GOMES³
Universidade Tiradentes, Aracaju, SE

Resumo

Análise da função social da Arquitetura Escolar como instrumento de valorização à permanência, e reafirmação da identidade ancestral do Povoado quilombola rural de Sítio Alto, Simão Dias-SE. Por meio de pesquisas e entrevistas realizadas com os habitantes da comunidade, e revisões bibliográficas, foi possível interpretar a construção da identidade quilombola e a poética dessa comunidade plural e rica de saberes e fazeres tradicionais dos seus descendentes africanos. Foi analisado o espaço escolar como um instrumento de valorização e permanência da identidade local. Apresentou-se, também, como as políticas governamentais vem atuando na comunidade com projetos escolares padronizados, que desconstruem as características da identidade do território tradicional. Esse trabalho se justifica pela necessidade de se ampliar o olhar sobre a produção da arquitetura africana, pela falta de olhares técnicos aprofundados e pesquisas sobre a produção dos espaços escolares inseridos em áreas quilombolas. Pretende-se, ainda, contribuir para a discussão de uma produção de arquitetura com maior ênfase em seus usuários. O artigo lança um olhar sobre como a Arquitetura Escolar deve desempenhar um papel social e auxiliar os sujeitos no processo de perpetuação e reafirmação das suas bases tradicionais e identidade cultural. Traz reflexões acerca da importância e valorização da identidade ancestral nas intervenções arquitetônicas, destacando o reconhecimento das características e atitudes dos seus usuários, e como as ideias de projetos podem ser mais assertivas para os lugares de sua inserção.

Palavras-chave: Comunidade quilombola; Identidade; Arquitetura Escolar.

Introdução

O presente artigo faz uma análise sobre a função social da Arquitetura como instrumento de valorização à permanência e reafirmação da identidade ancestral povoado rural quilombola de Sítio Alto, município de Simão Dias/SE. Busca identificar a cultura e identidade desse povo, e como esses princípios conversam

¹ Trabalho apresentado no GT 07- ÁFRICA: um continente em constantes transformações e seus reflexos na sociedade do III Seminário Nacional de Sociologia, realizado de forma remota de 08 a 16 de outubro de 2020.

² Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Tiradentes- UNIT Aracaju/SE (2019). E-mail: vanessadosanjos.arq.urbe@gmail.com.

³ Professora Assistente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Tiradentes - UNIT em Aracaju/SE. Mestre em Arquitetura (UFRJ/2015), Especialista em Museografia e Patrimônio Cultural (Claretiano/2016), graduada em Arquitetura e Urbanismo (UFES/1999) e Educação Artística (UFPE/1981). E-mail: colette@colettedantas.com



com a poética da arquitetura, destacando como o reconhecimento das características de seus usuários podem produzir uma arquitetura mais assertiva para os lugares de inserção.

A formação das comunidades remanescentes quilombolas se caracterizam principalmente por serem grupos étnicos que descendem de escravos oriundos das fazendas no período da escravidão. Em busca de readquirirem sua liberdade formavam agrupamentos em territórios de difícil acesso. Normalmente sua população é predominantemente negra, com relações, costumes, hábitos e saberes que se diferenciam das demais comunidades. Ocupavam áreas mais isoladas para se refugiarem e estabelecerem vivências com pouco contato com indivíduos que não pertenciam ao grupo quilombola (SILVA, 2017; GOMES, 2015).

Essas características refletem na forma que ocupam determinado espaço, nas técnicas construtivas para se estabelecerem em seus territórios, seus hábitos e costumes, e suas manifestações culturais, que caracterizam a identidade do seu povo. Por isso, esse artigo pretende abordar, compreender e promover reflexões acerca da Arquitetura Escolar implantada nesse território, e como ela pode servir de base para reafirmação dessa identidade e saberes ancestrais. Interpreta como as políticas governamentais atuam nesse território, substituindo e implantando uma arquitetura com métodos e conhecimentos construtivos tradicionais por edificações que descaracterizam a identidade da comunidade local.

Compreender o edifício escolar é ter o entendimento da complexidade da função social da arquitetura escolar, e o impacto que ela desempenha no lugar em que está inserida. Quando se trata de função social, tem-se os objetivos teóricos materializados na linguagem do projeto, abordando as necessidades dos usuários, como eles vivem e interagem com o ambiente e a forma edificada.

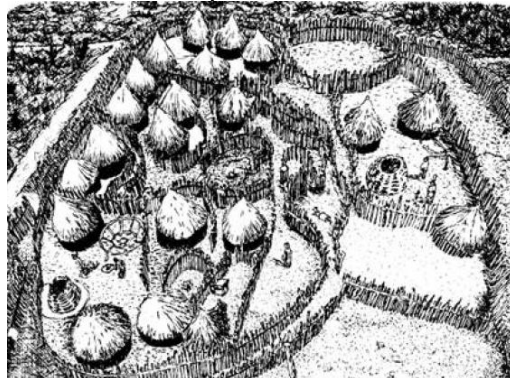
Para fundamentar este trabalho, foram realizadas pesquisas de campo, entrevistas e conversas informais com moradores da comunidade, direcionadas às memórias coletivas dos quilombolas para identificar suas características, além de revisões bibliográficas que serviram de base para a construção das informações expostas no material a seguir.



1 Cenários das Comunidades Quilombolas

O termo quilombo é proveniente da África, que surgiu nos povos de origem banto⁴ (*kilombo* para o português: quilombo), ele era o maior grupo étnico da população africana que ocupava, e ainda ocupa mais da metade da África negra. A maioria dos negros exportados da África eram dessa etnia. Eles se organizavam em forma de assentamento familiar denominados de *kraal* (Figura 1), se tornando uma das principais características da arquitetura africana. Um *kraal* é constituído por um terreno cercado que contém diversas cubatas⁵, locais de trabalho, horta, árvores frutíferas e de sombra (moradas de orixás), espaços cerimoniais, cercados de animais etc. (Figura 2). Como cada cubata abrigava apenas uma função, um *kraal* era formado por diversas construções (WEIMER, 2014).

FIGURA 1 - Kraal africano. Um quilombo Cuanhama, sudeste de Angola



Fonte: Weimer (2008)

⁴ Banto é o nome que se dá a um conjunto de povos da África sul-equatorial. Esses povos falam diferentes idiomas (embora sejam todos derivados de uma mesma língua original) e têm diferentes tradições culturais.

⁵ Construção que abriga uma só atividade, como uma cozinha, um dormitório, uma sala de trabalho, um celeiro, um sanitário (WEIMER, 2014).



FIGURA 2 - Cubatas de cone cilíndrico, que formavam os bantos africanos



Fonte: Weimer (2008)

Gomes (2015) afirma que no Brasil, desde as primeiras décadas da colonização, tais comunidades eram conhecidas como mocambos e depois quilombos. Na África central o termo era usado para designar acampamentos improvisados, utilizados para guerras ou mesmo apresamento de escravizados. Os aldeamentos africanos foram muito variados em suas formas e dimensões. A denominação mais comum que receberam no Brasil foi a do termo *quimbundo*, ou quilombo, que queria dizer aldeia. Conotações como “covil de negros fugidos”, e outras depreciativas, foram inventadas pelos escravocratas, e nada tem a ver com a origem africana do termo (WEIMER, 2008).

A formação dos quilombos no Brasil foi iniciada a partir da vontade dos escravos readquirem sua autonomia e liberdade. Com o passar do tempo, e muitas tentativas desarticuladas pelos seus senhores brancos, os escravos conseguiram se organizar em territórios de difícil acesso, como locais montanhosos e matas fechadas. Assim descreve (MUNANGA, 1996, p. 63):

[...]O quilombo brasileiro é, sem dúvida, uma cópia do quilombo africano reconstruído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra estrutura política na qual se encontraram todos os oprimidos. Escravizados, revoltados, organizaram-se para fugir das senzalas e das plantações e ocuparam partes de territórios brasileiros não-povoados, geralmente de acesso difícil. Imitando o modelo africano, eles transformaram esses territórios em espécie de campos de iniciação à resistência, campos esses abertos a todos os oprimidos da sociedade (negros, índios e brancos), prefigurando um modelo de democracia plurirracial.



As comunidades de remanescentes quilombolas atuais possuem essa raiz, e seu povo descende dos escravos que iniciaram seu processo de libertação naquelas localidades, no período da escravidão. Normalmente sua população é predominantemente negra, com relações, costumes, hábitos e saberes que se diferenciam das demais comunidades.

Tratando-se desta temática, é imprescindível não se prender tão somente ao conceito ancestral das comunidades quilombolas. Silva (2017, p. 23) comenta que:

Ao mencionar o nome Quilombo, surge para muitos a imagem de um local habitado apenas por negros e associados aos escravos fugitivos das fazendas no período da escravidão. Mas o fato é que nem sempre as comunidades remanescentes quilombolas apresentam tais características. Como todo grupo, os remanescentes quilombolas estão sujeitos a transformações. Tiveram a possibilidade de construir suas trajetórias, formando suas identidades diversas, seja étnica ou cultural e a partir de suas experiências reproduzem o passado de seus ancestrais.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA define ainda as comunidades de redutos quilombolas como grupos étnicos predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana, que se auto definem a partir das relações específicas com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias.

Quanto as definições das comunidades e demarcações dos territórios quilombolas, o INCRA é o órgão competente federal que garante a titulação das áreas remanescentes quilombolas, assim como definidos pelo Decreto presidencial 4.887/2003 que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por descendentes das comunidades dos quilombos. Segundo esse decreto, a definição de comunidades quilombolas ficou atribuído a auto identificação dos grupos, tornando-se o principal critério para titulação e reconhecimento federal das comunidades remanescentes. Embora necessitem passar por seis etapas para a regularização e garantia do território, o Decreto facilitou a reivindicação dos remanescentes ao direito de posse das terras pertencentes às comunidades.

Essa reformulação nos procedimentos para a certificação das comunidades quilombolas foi bastante significativa, visto que até dezembro de 2003 o processo de reconhecimento era regulado pelo



Decreto nº 3.912, de 10/09/2001, em que o Governo Federal exigia comprovação documental da descendência de escravos fugidos e da posse histórica ininterrupta sobre o território (SILVA, 2017, p.27).

O INCRA estima que existam mais de três mil comunidades quilombolas no Brasil. Somente em Sergipe são 5.438 famílias autointituladas como remanescentes quilombolas. No total, o estado possui 31 comunidades identificadas pela FCP - Fundação Cultural Palmares⁶, algumas com processos mais avançados, chegando nas etapas finais para demarcação do território. Dentre essas comunidades auto reconhecidas como quilombolas, encontra-se a comunidade de Sítio Alto em Simão Dias/SE, com o processo iniciado em 2015. Atualmente a população possui a Certidão de Auto Reconhecimento emitido pela FCP, faltando às demais etapas para que haja a demarcação e titulação territorial pelo INCRA.

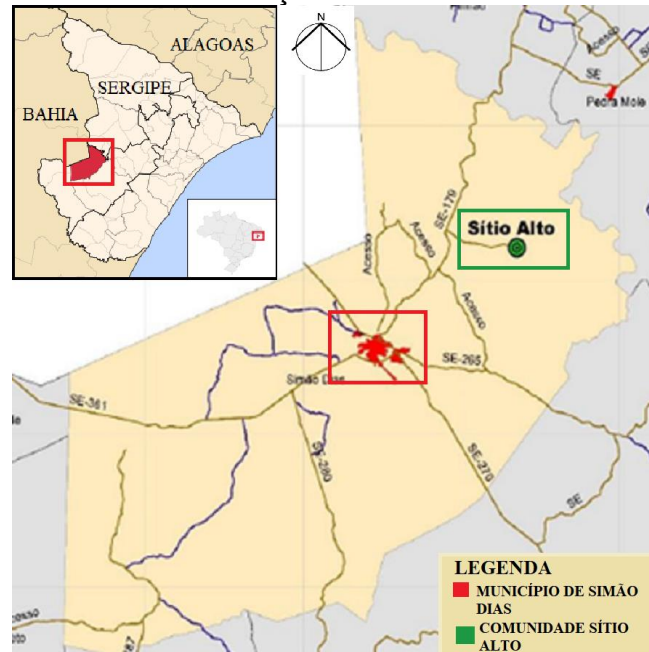
2.1 Quilombo de Sítio Alto: Território e Ocupação

O Quilombo de Sítio Alto está localizado a aproximadamente uma distância de 8 km do centro do município de Simão Dias, região centro-sul do estado de Sergipe (Figura 3). O município se caracteriza geograficamente por possuir regiões de serra, cavernas, vales e matas na zona rural. A comunidade possui esse nome – Sítio Alto - exatamente por estar situado entre uma dessas serras. O povoado recebeu o nome definitivo em 18 de março de 1995, quando houve a fundação da Associação Comunitária da comunidade.

⁶ Instituição pública criada pelo Governo Federal voltada para a promoção e preservação da arte e da cultura afro-brasileira.



FIGURA 3 - Localização da comunidade Sítio Alto



Fonte: Silva (2017), editado pela autora

Por meio das pesquisas realizadas em campo, foi possível perceber que eles passaram a se reconhecer física e socialmente diferenciados das demais comunidades, principalmente, pelos seus hábitos e costumes. Por meio da memória coletiva, alçada nas histórias transmitidas pelo povo de Sítio Alto, foi possível se perceberem e se auto reconhecerem como uma comunidade formada a partir do reduto quilombola pré-existente. A principal figura que auxiliou na descrição do cenário desta comunidade foi dona Josefa, líder comunitária e personagem essencial na valorização e luta por melhoria de vida dentro do povoado.

Cabe salientar que o interesse pelo reconhecimento quilombola é recente, iniciado a partir de 2010, pois até então os habitantes não eram cientes da existência de uma legislação específica, e nem dos seus direitos em serem reconhecidos como uma comunidade socialmente diferenciada das demais.

A população não sabe ao certo informar quando foi iniciada a ocupação do território, relatam que a ocupação é bem anterior até mesmo à própria ocupação do município de Simão Dias. Sabe-se, porém, que os primeiros habitantes a ocuparem a comunidade eram oriundos de uma fazenda das proximidades chamada “Rio dos Negros”, em que eram escravos até o fim do século XIX. Existem também



afirmações dos moradores sobre outras origens da ancestralidade do povoado, sendo oriundos de migrações de outros municípios das redondezas.

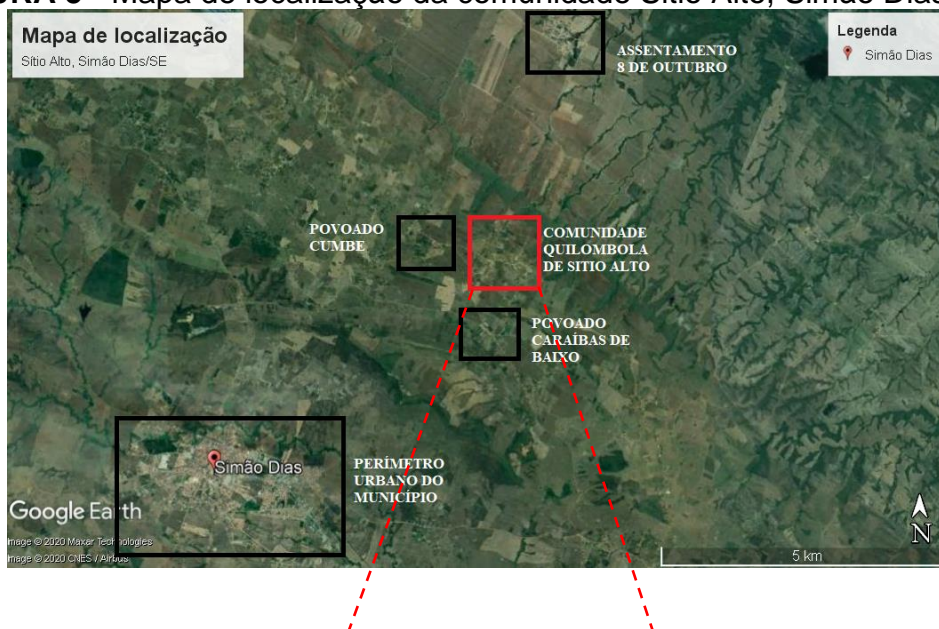
Os moradores relatam que os primeiros habitantes adentraram a mata fechada por trás do cume da serra, considerado um ponto estratégico de esconderijo (Figuras 4 e 5). O ponto destacado em vermelho foi onde se originou as primeiras ocupações do povoado.

FIGURA 4- Vista da serra da comunidade Sitio Alto



Fonte: Vanessa dos Anjos, 2019

FIGURA 5 - Mapa de localização da comunidade Sitio Alto, Simão Dias – SE





Fonte: Google Earth – editado pela autora, 2020

Refugiavam-se nessas matas por possuírem receio em ter contato com outras pessoas fora do grupo e serem apreendidos ou deslocados do lugar. Não existiam estradas de acesso externo, e esse isolamento inicial no processo de ocupação do território promoveu uma preservação maior da cultura dos remanescentes, já que as trocas e contatos eram somente entre quilombolas do grupo.

Desde a origem da comunidade, a história do Sítio Alto é atrelada a diversas dificuldades, primeiro por esse isolamento na forma de ocupação, segundo pela falta de infraestrutura para a população, serviços básicos como alimentação e acesso a água eram escassos, bem como as condições de saúde eram precárias. Para resistirem às adversidades os quilombolas encontravam na natureza os meios para se alimentar e sobreviver nas vegetações das matas mais próximas, quando não havia produção agrícola de subsistência suficiente nos períodos de seca.

Esses símbolos de resistência são enraizados nos costumes da sua reminiscência quilombola, seus saberes e fazeres, suas manifestações culturais - essencialmente a dança de roda. Os moradores relatam que desde pequenos já aprendiam a brincar de roda nos terreiros das casas, e que era sempre essa a diversão dentro da comunidade. Por meio dos versos foi possível manter a continuidade às tradições do plantio e manejo com a terra, como se reuniam para comemorar a produção rural, os casamentos, os costumes existentes na comunidade desde a sua fundação, a vida em coletividade, como também as formas de ocupação e os métodos e técnicas construtivas que foram passados de pai para filho, até os dias de hoje, construindo a memória coletiva da comunidade.



Desde o início o território vem sendo ocupado como forma de aldeamento. As casas são próximas umas das outras, tem um aspecto de vila, semelhante aos aldeamentos ancestrais existentes na África. No processo de ocupação do quilombo, e na construção das primeiras habitações, seguiam a cultura dos batalhões⁷. Cada casa era feita de forma coletiva. Os vizinhos se organizavam e cada um ficava responsável por uma atividade do processo construtivo. Enquanto alguns trabalhavam para cortar madeira nas matas, outros ficavam responsáveis por erguer a construção.

As primeiras casas eram executadas com estrutura de madeiras retiradas das matas locais: taipa de sopapo⁸, coberturas com o uso da palha de taboa⁹, bananeira, pindoba, entre outras da região. Depois de erguidas eles distribuíam as casas de taipa de sopapo para os novos moradores, dessa maneira coletiva o Sítio Alto foi sendo erguido e ocupado. As mulheres ajudavam principalmente na preparação das comidas e bebidas. Após encerrada as construções eles começavam a dança de roda para comemorar o trabalho finalizado.

Não se tem registros fotográficos desse período de apropriação e ocupação do espaço. São relatos que pertencem à memória coletiva da comunidade. Tem-se, porém, fotos de alguns barracos de meados da década de 1990 a 2000 (Figura 5). Nesse período a população já passara a ter contato com as comunidades vizinhas, mesmo que de forma tímida, o que promoveu um aglutinamento de elementos externos na produção das suas casas, como o uso do plástico e telhas de reuso.

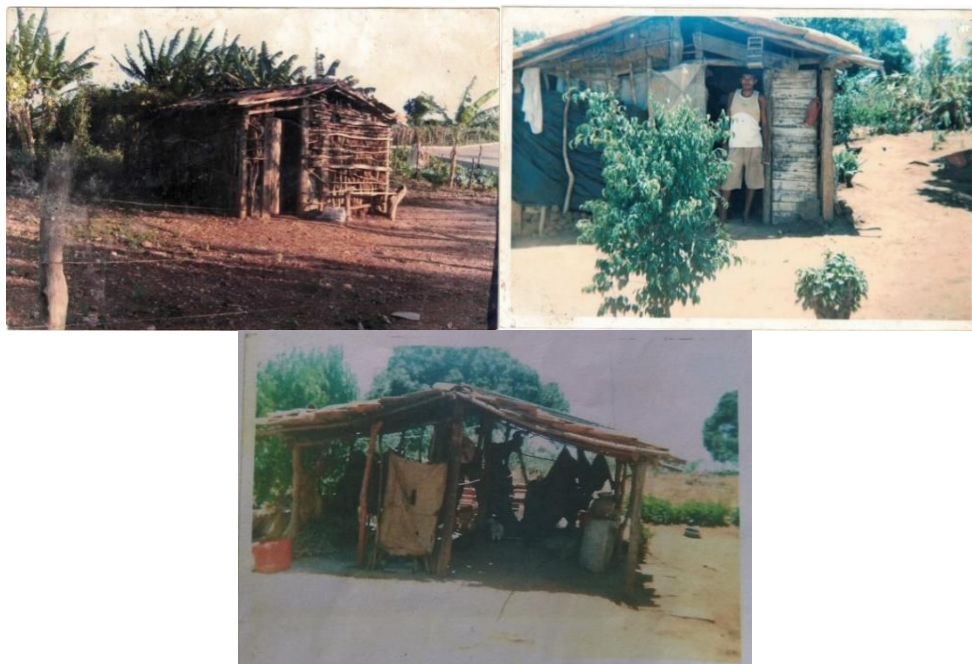
⁷ Termo utilizado pelos moradores na comunidade para se referir a reunião de pessoas para realizarem a atividade, entende-se como mutirões.

⁸ Parede feita de ripas ou compostas por varas entrelaçadas e revestidas por barro, podem ser conhecidas também como taipa, taipa de mão, pau a pique ou taipa de sebe.

⁹ Taboa - *Typha domingensis* é o nome popular de uma planta aquática típica de áreas de brejos, manguezais e várzeas.



FIGURA 6 - Moradias antigas da comunidade Sítio Alto datadas entre as décadas de 1990 e 2000



Fonte: Acervo pessoal de Dona Josefa

A última edificação que remete as mesmas técnicas construtivas abordadas anteriormente foi o Memorial da comunidade. Segundo dona Josefa a pequena edificação havia sido construída para funcionar como um pequeno museu, onde seriam expostos antigos utensílios utilizados nas roças e nas atividades domésticas pelas famílias, além das antigas correntes dos escravos ou quaisquer objetos que de alguma forma tivessem lembranças dos saberes e fazeres para resguardar a memória coletiva da comunidade (Figura 8).

FIGURA 7 - Antigo Memorial do Sítio Alto



Fonte: Imagens cedidas por Roberto Lacerda, 2018



Esses relatos retratam um processo de ocupação e resistência dos quilombolas, sobretudo os aspectos fundamentais da sua identidade construída na resistência negra. A coletividade e vida em comunidade são traços característicos da cultura desse povo, e aos poucos foi disseminado na forma de ocupar o território. Seus modos de ocupar e morar fazem parte das suas raízes afrodescendentes de luta e resistência. O trabalho manual com elementos da natureza local e a atividade coletiva para execução dessas edificações, que se tornam lares, são simbologias físicas da resistência de um povo, que rompe as condições de vulnerabilidade por meio da luta pela liberdade e sobrevivência.

O uso dos materiais e métodos construtivos de conhecimentos ancestrais denotam suas raízes africanas na forma de produção do espaço. Assim como a relação afetiva e poética com a natureza e a terra, e como ela pode servir de base, desde o ciclo da produção do alimento até a forma de abrigar os remanescentes.

3. Atuação Das Políticas Públicas no Território Quilombola de Sítio Alto

Todas as edificações com técnicas afrodescendentes foram dando lugar a novas edificações que diferem das construções características do processo de ocupação do Sítio Alto. Após a formação da associação comunitária, dona Josefa passou a conhecer meios para trazer novos progressos e melhorias para a comunidade, buscou subsídios junto aos programas governamentais e associações, que auxiliavam no desenvolvimento das comunidades rurais.

Foi um processo iniciado pela chegada da energia elétrica, depois o acesso a água potável com as cisternas¹⁰ no governo João Alves, por meio do projeto Chapéu de couro (2003), e, posteriormente, a Articulação do Semiárido Brasileiro - ASA construiu o restante dos reservatórios. Por fim a prefeitura local criou um projeto de encanação de água dos chafarizes locais, o que diminuiu os problemas de seca e escassez de alimentos.

Até então, essas transições são positivas, já que foram essenciais para as melhorias da infraestrutura da comunidade. Porém a substituição das casas e implantação de equipamentos para a comunidade podem não ser tão positivas

¹⁰ Cisterna é um depósito ou reservatório que serve para captar, armazenar e conservar a água, podendo ser da água potável, água da chuva ou água de reuso.



assim. Em 2002 Foi iniciada a substituição das casas por projetos governamentais, aos poucos as edificações precárias foram sendo substituídas pelas moradias de habitação popular disponibilizadas pelos programas do governo federal, extinguindo do povoado as construções de taipa de sapo tradicionais em 2010. As moradias anteriores foram consideradas insalubres e com muitos problemas nas condições de infraestrutura. Não pela materialidade (madeira, barro e folhagens das matas locais), assim como afirma a própria líder, mas pela falta de estrutura adequada que garantissem maior conforto, saúde e privacidade aos habitantes.

Weimer (2008) comenta que essa modernização faz parte do olhar das autoridades sobre a ideia de “saneamento” nos redutos de pobreza, que consiste em substituir as formas tradicionais de moradias por novas, sem respeitar os valores tradicionais da sociedade africana. Por isso, os resultados destas intervenções têm se mostrado desastrosos. É possível perceber uma perda de empatia pelo habitante. A falta de raízes nessa arquitetura se tornou sinônimo de solidão desapegada, e de um eterno tempo presente, constroem-se espaços que abrigam maior parte das necessidades físicas, mas que não conseguem abrigar a identidade de seus habitantes (PALLASMAA, 2017).

Isso não quer dizer que o problema esteja na modernização dos métodos construtivos, na verdade é necessário haver intercâmbio de informações modernas nessas comunidades, até porque o quilombo também se modernizou. A razão maior dos equívocos ocorre porque a administração oficial não tem levado em consideração os fatores da tradição multissecular destas populações. Não é suprimindo-os que se “acaba com o mal”. O que teria de ser feito é melhorar as condições de habitabilidade destas populações, respeitando suas tradições e seus costumes WEIMER (2008).

A forma como se deu essa modernização na comunidade Sítio Alto, de acordo com a necessidade e entendimento das políticas públicas, chama o olhar para uma descaracterização e desconstrução dos saberes locais, principalmente das técnicas construtivas e produção do espaço. Essa descaracterização é iniciada desde a substituição das moradias até os equipamentos públicos implantados na comunidade, como a Unidade básica de saúde, a associação entre outras que foram inseridas na comunidade, inclusive o prédio escolar implantado na comunidade.



3. 1 Escola Municipal Maria Heloísa Batista – Sítio Alto – Simão Dias/SE

Moreira (2000) afirma que o prédio escolar rural público geralmente é reduzido às salas de aula, sendo subdimensionadas as demais dependências de apoio, normalmente os sanitários são localizados fora do corpo da principal da escola, fazendo com que o aluno se desloque muitas vezes por áreas sem cobertura para alcançá-lo. Por não possuir uma arquitetura definida, suas funções são organizadas em espaços improvisados, com áreas que não condizem muitas vezes a um programa de necessidades realmente adequado para a realidade escolar. Sua aparência e concepção podem ser geralmente, identificadas com construções feitas por partes, sem preocupação estética, sem conforto ambiental e sem preocupação com a segurança do usuário.

A descrição de Moreira não difere do cenário encontrado no espaço rural da comunidade quilombola de Sítio Alto. O prédio escolar é o equipamento mais antigo existente na comunidade. Atualmente a Escola Municipal Maria Heloísa Batista funciona como creche e escola de ensino fundamental primário durante o dia, além de funcionar no turno da noite para a educação de jovens e adultos no campo, assim como especificado nas tabelas 1 e 2:

TABELA 1 - Quantidade de alunos na escola do Sítio Alto para ensino infantil e fundamental (2019)

Série	Horário	Idade	Nº de alunos
Creche	integral	0 - 3	15
Maternal	manhã	3 - 4	20
Pré escolar A	tarde	4	20
Pré escolar B	tarde	5	14
1º ano	manhã	6	13
2º ano	manhã	7 - 13	33
3º ano	tarde	8 - 14	19
4º ano	manhã	9- 14	16
5º ano	tarde	10 - 14	18
Total			168

Fonte: Informações obtidas através da Diretora Nancy Alexandre da Cruz da Escola Municipal Maria Heloisa dos Santos (janeiro de 2019).



TABELA 2 - Quantidade de alunos na escola do Sítio Alto para ensino de Jovens e Adultos -EJA (2019)

Série	Horário	Idade	Nº de alunos
1º fase Turma A	noite	18 - 73	44
1º fase Turma B	noite	18 - 73	24
2º fase Turma A	noite	18 - 73	26
2º fase Turma B	noite	18 - 73	18
Total			112

Fonte: Informações obtidas através da Diretora Nancy Alexandre da Cruz da Escola Municipal Maria Heloisa dos Santos (janeiro de 2019).

Dona Josefa conta que a escola foi fundada em 1988, sendo o primeiro prédio construído por partes. A área proposta inicial foi construída com duas salas, um pátio pequeno coberto, a cozinha e a sala do diretor com secretaria, depois do aumento da necessidade por mais áreas, acrescentaram-se mais duas salas anexas (Figura 8).

FIGURA 8 - Escola Maria Heloisa dos Santos, área frontal e anexo



Fonte: Vanessa dos Anjos, 2019

Como a taxa de natalidade é crescente no povoado, foi necessário a implantação de uma creche, em que a prefeitura alugou uma casa próxima a escola para suprir a necessidade do povoado (Figura 9).



FIGURA 9 - Creche no espaço alugado



Fonte: Vanessa dos Anjos, 2019

A diretora Nancy Alexandre da Cruz afirma que a instituição passa por diversas dificuldades espaciais, até para execuções de atividades simples, a escola não dispõe de espaços adequados. As salas de aulas são quentes, os banheiros não possuem ligação direta ao corpo da escola, o pátio é muito pequeno, não dispõe de áreas para as crianças brincarem, nem áreas para a prática de esporte, não possui refeitório, entre outras diversas vulnerabilidades que estão atreladas ao espaço escolar inserido na comunidade. Quando ocorrem atividades que demandam de espaços não existentes, a comunidade escolar se desloca para as áreas livres do povoado, como uma quadra de terra, que se localiza aos fundos da escola, ou até mesmo os terreiros¹¹ das casas vizinhas, assim como a própria comunidade faz para realizar as suas manifestações culturais.

Essas descrições da situação do prédio escolar do Sítio Alto denotam dois agravantes principais, primeiro por estar no espaço rural, em que o sucateamento dos espaços escolares é uma constante, e segundo pelo trabalho com políticas sanitização da produção do espaço nas áreas de quilombo. Essas políticas atuam com uma padronização de projetos e isso inclui a falta de estudos sobre os espaços adequados para o lugar de inserção e usuários, a substituição dos conhecimentos ancestrais por elementos sem conexão com os sujeitos, promovendo o desligamento com as características dos modos ancestrais de produção do espaço quilombola.

¹¹ Nesse caso, trata-se das áreas livres aos redores das casas.



Os espaços da escola são em sua maior parte insalubres e deteriorados, levando as salas a superlotação o que indica uma grande falha quanto ao programa arquitetônico existente e programa de necessidades real da comunidade escolar. Esses fatores só aclaram ainda mais a necessidade de estudos e envolvimento da comunidade escolar, quanto aos projetos implantados nesses territórios, indicando ainda que a melhor solução não é a padronização projetual.

É importante salientar que nesses cenários a arquitetura deve ser inserida como importante instrumento no processo de reconhecimento da identidade desses povos, desde o processo de reafirmação e pertencimento ao lugar, até perpetuação dos saberes tradicionais locais, por meio dos conceitos e partidos atribuídos a edificação. Contemplar esses fatores é criar uma relação mais íntima entre o espaço projetado e os sujeitos. Essas considerações valem tanto para os equipamentos públicos como para os lares dessas comunidades. Esses espaços não servem apenas para abrigar nossos corpos e necessidades físicas, mas também nossas mentes, memórias, sonhos e desejos, que devem ser acomodados e habitados. Habitar é parte de nosso próprio ser, de nossa identidade (PALLASMAA, 2017).

Portanto a problemática não está somente ligada ao déficit de infraestrutura adequada, como também aos métodos construtivos utilizados são desconectados dos saberes locais relatados anteriormente. Isso implica na perda da identidade ancestral e desconexão com o entorno preexistente. Os indivíduos passam a sofrer perdas, principalmente de identidade. O quilombola já não se reconhece no lugar em que habita vivendo em um eterno presente sem raízes.

4 Função Social da Arquitetura Escolar Para a Comunidade Sítio Alto

A arquitetura escolar funciona como um cenário que incorpora elementos, tornando os espaços escolares agentes que auxiliam na construção do conhecimento, troca de saberes e reflexões. O processo de socialização que ocorre nesse meio precisa estar conectado a realidade do usuário. Sendo que o projeto escolar precisa ser o resultado de uma série de análises acerca da comunidade/usuário, refletindo através da sua materialidade e soluções espaciais todos os aspectos que caracterizam o objeto de estudo. Portanto a escola ideal não



se resume em único aspecto, mas ao conjunto multidisciplinar, que engloba o objeto arquitetônico, pedagogia, bem como o caráter social (KOWALTOWSKI, 2011).

Para Azevedo (2002), a importância e a representação social do prédio escolar para a comunidade e contexto inserido vão confundir-se com o próprio significado da instituição escolar, refletindo o momento histórico-cultural das sociedades e as oscilações das políticas educacionais. Entender a arquitetura escolar, é também compreender o desenvolvimento da educação e ao contexto que a sociedade vivencia, pois estes são indissociáveis e um reflete no outro as suas características. As linguagens, relações, cultura e valores são a base em favor da construção do conhecimento.

Por meio dos espaços escolares adotados é possível disseminar mensagens, fazendo com que a reflexão em torno desse objeto continue em pauta, o que fomenta a necessidade de entender a interferência deles nas relações entre usuários e espaço projetado. Suas atribuições, incentivos e linguagens relacionadas às instituições de ensino desempenham interferências fundamentais na construção do indivíduo, que promove transformações por meio do seu papel social, e dialoga através das linguagens atribuídas ao espaço com a educação. É essencial que a inserção desse objeto, seja em um bairro ou comunidade, funcione de acordo com a identidade do território/lugar, absorvendo costumes, características do clima, relações e interfaces dos usuários que vão conviver no ambiente de ensino.

A escola, por ela mesma, já é o território educativo e detentor de grande parte da construção intelectual e social do indivíduo, por isso ela deve servir de instrumento para valorização da cultural e identidade dos seus usuários. Pensar a arquitetura escolar na comunidade quilombola de Sítio Alto como instrumento social é refletir na produção do espaço elementos de valorização da identidade dos sujeitos, abordando as necessidades locais, pautado na instrumentalização da arquitetura como auxílio da valorização da cultura dos remanescentes.

Para que isso aconteça com o edifício escolar, será necessário que ele seja dotado de conceitos e partidos que estimulem as raízes e memórias ancestrais. Os profissionais que atuam nessas áreas devem ter empatia pelos usuários entendendo a necessidade de se produzir espaços como forma de empoderamento e valorização cultural.



É necessário estudar o lugar e o território de inserção, entender os fatores sociais do lugar, compreender a cultura quilombola e como ela foi construída por meio da interação com a comunidade, entendendo as necessidades dos usuários. Além na necessidade dos estudos de viabilidade física do terreno e entorno que são fundamentais para adaptar as tecnologias construtivas atuais, como meio de conexão com o passado/presente, sem desconstruir as características do lugar de inserção.

Os espaços poderiam ser projetados para abrigar as atividades culturais como a dança de roda, o manejo com a terra, promovendo a interação coletiva da comunidade, além de trabalhar as relações do espaço com a natureza local, comunidade estudantil e entorno, trazendo conceito e partido alinhados ao que dá sentido à vida do quilombo e sujeitos. A materialidade deve incorporar elementos que refletem as raízes do lugar, com elementos da produção do espaço ancestral. Talvez, dessa forma, possa ter uma arquitetura escolar mais assertiva para a comunidade, e que desempenhe seu papel social diante do povoado.

O Quilombo de Sitio Alto é um território pluralizado e socialmente diferenciado em seus saberes e fazeres, suas manifestações culturais simbolizam a cultura e resistência de um povo. O território se modernizou, e as formas de produção do espaço também, mas isso não quer dizer que se deva apagar as técnicas e memória ancestral da comunidade por uma substituição pautada na “sanitização” com base na padronização projetual. A arquitetura em sua essência deve ser o prolongamento da identidade do usuário. Compreender o espaço onde se insere, e qual a função dele diante das necessidades dos indivíduos, é essencial para alcançar o estágio de equilíbrio da intervenção arquitetônica como lugar de apropriação das pessoas que o habitam. Esse resgate da origem da cultura da comunidade quilombola por meio da produção o espaço é uma ferramenta essencial na perpetuação da memória local.

Considerações Finais

Os quilombos brasileiros possuem suas raízes ancestrais vinculadas ao continente Africano com saberes e fazeres característicos de um povo, que na



escrita da sua trajetória se conecta a um processo de resistência, luta pela sobrevivência e liberta e conexão com a natureza local dos seus territórios. Essa identidade tradicional dos saberes e fazeres precisam ser preservados, valorizados e consolidados. Essas áreas se modernizaram, mas nem por isso se deve ignorar sua identidade para dar espaço a uma cultura que não possui base nas origens ancestrais do lugar.

A atuação das políticas públicas é urgente nos territórios de quilombo, já que a carência de espaços escolares que dialoguem com a cultura ancestral como sentido de pertencimento é inexistente. Precisa haver também uma desconstrução do olhar sobre o quilombo como um espaço marginalizado e atrasado. Essas políticas devem agir de forma efetiva, atuar com uma produção do espaço com mais equidade, contribuindo e não desconstruindo a cultura e valorização da identidade local.

Os profissionais que atuam nessas áreas também precisam entender que as comunidades quilombolas tem suas especificidades e o olhar profissional deve ser mais empático, percebendo na produção do espaço uma forma de reafirmação e resgate da identidade ancestral. O partido e conceito adotados são as principais ferramentas que podem atuar frente as necessidades dos seus usuários, criando conexões entre a técnica e a ancestralidade.

O campo de pesquisa não se limita aqui. Assim como o Quilombo de Sitio Alto, existem outras comunidades tradicionais que precisam de estudos e pesquisas acerca da sua cultura, seus modos de vida, como eles têm se estruturado até os dias atuais. Cabe também aprofundar estudos sobre como as políticas públicas têm agido nesses territórios, e a importância do papel do profissional de arquitetura atuando frente a essas comunidades. Cabe investigar e pesquisar estratégias de como se pode promover melhorias para esses povos, que até então tiveram seus direitos negados pela sociedade, mas que as mudanças sociais vêm dando voz a quem, até então, não tinha.

Pensar a arquitetura escolar como instrumento social é entender que os espaços projetados não partem somente de uma condição plástica. Pensar a arquitetura como função social é entender que a arquitetura quando inserida no espaço possui uma condição cultural, social e política. Que através da



democratização dos espaços, garanta maior qualidade de vida aos usuários respeitando seus anseios. Através das decisões projetuais o profissional da arquitetura tem o domínio de promover uma arquitetura mais confortável e com responsabilidade social, sendo mais justa para os usuários, difundindo a força que cada indivíduo e grupo social possui.

Referências

BRASIL. 2003. Decreto Federal Nº 4.887 de 20/11/2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

AZEVEDO, Giselle Arteiro Nielsen. **Arquitetura Escolar e educação: Um Modelo Conceitual de Abordagem Interacionista**. 2002 (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro - COPPE, Rio de Janeiro.

KOWALTOWSKI, D. C. C. K. **Arquitetura escolar: o projeto do ambiente de ensino**. São Paulo: Oficina de Textos, 2011. 270 p.

MOREIRA, Nanci Saraiva. **Construção escolar: desenvolvimento, políticas e propostas para a escola rural visando à democratização do campo**. 2000 (Dissertação de Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Ed. Claro Enigma, 2015.

MUNANGA, K. (1996). **Origem e histórico do quilombo na África**. Revista USP, (28), 56-63. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i28p56-63>> Acesso em 1 de outubro.

PALLASMAA, Juhani **Habitar**. São Paulo, São Paulo: Gustavo Gili, 2017.

SILVA, Daniela Santos. **Sítio Alto: entre dança, história e etnicidade**. 2017 (Dissertação de Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe – São Cristóvão.

WEIMER, Gunter. **Inter-Relações Afro-Brasileiras na Arquitetura**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: EDPUCRS, 2014.

WEIMER, Gunter. **Interrelações Arquitetônicas Brasil África**. 2008. Disponível: <<http://ihgrgs.org.br/artigos/membros/G%C3%BCnter%20Weimer%20-%20Inter-rela%C3%A7oes%20Arquitetonicas%20Brasil-Africa.pdf>> Acesso 2 de outubro de 2020.